

COIMBRA, PORTUGAL, 21 DE JULHO DE 1995

I. Introdução – Trabalho acadêmico e ação política

É com grande orgulho que recebo da Universidade de Coimbra o título de Doutor *Honoris Causa*. Não preciso exaltar as tradições de um dos mais antigos centros de cultura da Europa nem recordar o fato de que Coimbra esteja tão fortemente ligada à história do Brasil.

Se me permitem uma referência pessoal, lembro que, na última vez que visitei Coimbra, em 1990, participei da homenagem que a Universidade prestava a Florestan Fernandes, um dos criadores da moderna Sociologia brasileira. Fui seu aluno e depois seu colega na Universidade de São Paulo. Sua atitude exemplar de professor combina-se, em vários momentos, quando participa da vida política com devoção à luta pela igualdade, como se todo o seu saber só se justificasse na medida em que servisse aos que nada ou pouco têm.

A praxe recomenda que quem recebe o título deve dar uma aula, o que faço com prazer. Minha aula não terá o rigor científico, o cuidado analítico que procurei imprimir em meus trabalhos sociológicos. Estará na confluência do trabalho intelectual e dos dilemas dos que são obrigados a decidir, sabendo que o tempo dos dois movimentos é diferente.

Na vida política, o tempo é uma variável fundamental, mas não escolhemos o seu ritmo, que, freqüentemente, exige que substituamos a reflexão pela sensibilidade, a razão pela intuição.

II. Ideologia no Pós-Guerra Fria

O tema que escolhi é o de que orientações ideológicas modelam as nossas opções neste momento do pós-Guerra Fria. Como se articulam essas orientações numa democracia moderna?

Bobbio retomou, em ensaio recente, a questão da permanência, mesmo esmaecida, das ideologias, da dicotomia esquerda–direita.

Penso que é um tema que interessa à reflexão sociológica e política no Brasil e em Portugal, pois, afinal, somos democracias em construção, que compreendem a necessidade de aperfeiçoar-se. E, aí, o tema dos valores, que orienta escolhas, é fundamental.

Falarei tendo como pano de fundo o Brasil, sociedade moderna, com características próprias. Ainda que os diagnósticos sobre a “dualidade brasileira” estejam ultrapassados, os desequilíbrios sociais no Brasil nos tornam contemporâneos das sociedades mais avançadas e mais atrasadas. Essas assimetrias nos permitem ver com clareza problemas que atualmente existem nos países ricos, como o desemprego estrutural, e nos países pobres, como os da marginalização e do combate à miséria.

III. Direita e esquerda na América Latina

De que servem hoje as ideologias modernas: o liberalismo, o socialismo, a socialdemocracia, o nacionalismo? Historicamente, elas tiveram um peso na orientação dos atores políticos, dos grupos sociais. Deram padrões de julgamento sobre o que faziam os “homens políticos”. Criaram critérios de avaliar o que era “progressista”, o que melhorava a condição humana.

No plano das ideologias, a queda do Muro de Berlim leva a, pelo menos, duas atitudes. De um lado, uma euforia, fácil e enganosa, a de que teríamos chegado ao fim da “era das ideologias”, como se tivesse sido criado consenso universal sobre o que é melhor para as nações. Os problemas não teriam mais a ver com “idéias”, mas com “práticas”. De

outro, a compreensão de que, apesar de crescentes convergências, estas não se transformam em unanimidades. Há dilemas e contradições no campo da política.

Como organizar, então, o debate sobre o sentido do progresso? A derrocada do socialismo real traz problemas novos, como o de saber até que ponto a matriz clássica esquerda-direita ajuda a entender os padrões de valores de nossos dias. Esquerda é progresso e direita é reação? Que esquerdas há? Que direitas há?

Podemos retomar os critérios de Bobbio e aceitar que a esquerda orienta-se por um sentimento igualitário e a direita aceita a desigualdade como natural. Reconheço que são fórmulas vagas e, por isso, socorro-me da Sociologia para tentar preenchê-las.

O que significam direita e esquerda no panorama intelectual latino-americano? Uma primeira observação é a de que nós, intelectuais latino-americanos, fomos, em maioria, de esquerda. Em dois sentidos: os temas eram enfocados em boa parte pela matriz marxista e, quando nos manifestávamos politicamente, a crítica e a insatisfação predominavam. Queríamos transformações em nosso continente.

Em contrapartida, especialmente no Brasil, a direita era, talvez, mais “prática” do que ideológica. Seus intelectuais eram poucos e estavam sintomaticamente mais perto do Direito e da Economia do que das Ciências Sociais. Diante da questão da desigualdade, valorizavam não tanto a sua naturalidade, à moda da direita tradicional européia, mas a necessidade de controle social. A ordem era o valor maior e, nisso, as doutrinas de segurança nacional foram sua clara expressão moderna. Em Economia, defendiam as soluções de mercado, às vezes, de forma radical. Hoje, com o sopro dos ventos liberais, o Estado forte não é mais inspirador da direita.

IV A esquerda tradicional: idéias e métodos

Mas, voltemos ao pensamento de esquerda. Como ela exprimia o ideal da igualdade? Para a matriz marxista da esquerda latino-americana, a vida política culminaria quando se desse a cada um segundo as suas necessidades. Atitude utópica, de difícil visualização, salvo a ênfase na

igualdade social e econômica, mais do que na política. Se, nos países de socialismo real, essa formulação se torna concreta, visível, na América Latina a revolução cubana adota uma versão própria do ideal da igualdade: diferentemente do modelo soviético, sociedade mais avançada e industrializada, Cuba forja um modelo de *aguarde* na pobreza e abre a perspectiva de que é possível dar saúde e educação para todos.

A conquista de uma “igualdade concreta” em Cuba confirma que alguma transformação radical do sistema é necessária para reverter a exploração. Nem todos os projetos de esquerda, porém, serão radicais.

No limite, abandona-se o socialismo por alguma forma de “desenvolvimentismo”. Mas a compreensão da necessidade de transformação, comandada pelo Estado, é universal e orienta a ação dos partidos “progressistas” em suas variantes da democracia cristã, da socialdemocracia, do trabalhismo e do próprio populismo. De uma certa forma, o ideal da igualdade se transforma em propostas de elevação das classes oprimidas.

Outro tema importante, no pensamento de esquerda latino-americana, é o dos métodos para chegar à igualdade, ou para melhorar as condições sociais. Lembro, inicialmente, que o pensamento liberal tem uma visão negativa, hobbesiana, do homem, bem como uma visão positiva do social, na medida em que, livres, as forças sociais criam, via mercado, riqueza e harmonia. Para a esquerda, o movimento era inverso: partia-se de uma visão positiva, rousseauniana do homem; mas a sociedade o corrompe e é necessário algum tipo de engenharia social para tornar sadias as organizações sociais. Isso leva, na matriz marxista, a uma espécie de repúdio às instituições existentes, vistas como reprodutoras da desigualdade.

O objetivo não era simplesmente conquistar o poder. Era mais do que isso, era mudar a natureza da relação entre os homens, extirpar os mecanismos de exploração. Daí a importância da idéia revolucionária, da busca do ator que a levaria adiante – o proletariado urbano ou camponês – e da melhor estratégia de vencer as classes dominantes, da via eleitoral à luta armada. E, mesmo quando se aceitava a via eleitoral, ela era vista como passo para uma transformação ontológica da socie-

dade, a qual, num segundo momento, dispensaria as formalidades da democracia burguesa.

Quanto mais à esquerda, tanto menos importante era o debate institucional. As instituições se corrigiriam automaticamente com as mudanças sociais. Paralelamente, do ângulo dos desenvolvimentistas, não necessariamente de esquerda, a defesa do Estado de Direito aparecia como algo supérfluo diante do desafio da industrialização e do desenvolvimento econômico. A chamada burguesia progressista foi muito mais estatizante e nacionalista do que liberal-democrática. Coincidia com a esquerda na relativização dos aspectos formais da democracia. O tema da democracia formal surgirá com força somente no marco do combate ao autoritarismo, quando se começa a admitir que as instituições pesam na vida do indivíduo e da sociedade.

Na Europa do pós-Guerra, ao contrário, deu-se a opção pela “reforma ao invés da revolução”, ou seja, a aceitação do jogo eleitoral como instrumento para chegar ao governo e, a partir dele, obter-se a redistribuição da renda. A luta armada fica “estacionada” na Revolução de 1917.

Um terceiro elemento de análise do pensamento das esquerdas diz respeito à abrangência das propostas. A tendência da esquerda era a de buscar conflitos estruturantes do conjunto da sociedade. Também as formas de solução do conflito abrangiam soluções para toda a problemática social. A tomada do poder mudaria o social e o econômico, ao tempo em que criaria uma nova moralidade. Reordenaria também o quadro internacional com a superação do imperialismo. No caso da esquerda brasileira, a tendência natural era ver, na história do Brasil, uma repetição da européia, os mesmos padrões de conflito. Nossas interpretações eram baseadas na idéia de que a classe operária não estava ainda suficientemente organizada para cumprir a sua missão histórica.

V. Ideologias na atualidade

Esse mundo que descrevi de forma simplificada supunha o marco da Guerra Fria. Hoje, como ficamos?

Os critérios que emergem da visão “tradicional” da esquerda parecem superados. O debate sobre o alcance do ideal da igualdade não morreu, embora se tenha tornado mais concreto, voltado para problemas de gestão. Ainda faz parte da visão de futuro sobre as nossas sociedades, porém com uma diferença: perdeu-se o “ideal concreto”, representado pelos modelos do socialismo real, porque falharam tanto politicamente, ao abafar as liberdades, quanto economicamente, ao colocar obstáculos à modernização. Temos agora de pensar o futuro sem a rigidez de modelos acabados.

Além disso, a escolha da estratégia de ação já não prescinde do marco da democracia. A democracia e a defesa dos direitos humanos tornam-se referencial necessário do progresso, é mesmo ingrediente do progresso. Paralelamente, a agenda contemporânea da pólis fragmenta-se, tornando pouco nítidas as balizas de atuação política, à direita e à esquerda, no tocante a temas como a questão da mulher, da ecologia, do controle demográfico, da sexualidade. Tais temas envolvem novas concepções da interação democrática entre a cidadania e o Estado, que extravasam o quadro de análise das ideologias tradicionais.

Disso derivam várias conseqüências. A mais evidente é a de que os atores sociais passam a valer igualmente na arena política e não existem mais “demônios” a serem eliminados, como a burguesia na perspectiva marxista tradicional. Não existe imposição ideológica. Deve haver abertura e tolerância. O peso do argumento e a maneira como é defendido, em termos de mobilização política, tornaram-se decisivos no processo de definição do que é legítimo, em termos das políticas e dos projetos sociais. Idealmente, valeriam mais as forças de persuasão do que o poder econômico. A democracia como ideal passa a ser um jogo de razão. Os padrões éticos, obtidos em consenso social mais amplo, julgam a ação política.

Em sociedades como as latino-americanas, em que as diferenças sociais são agudas e patentes, os objetivos de igualdade estão dados: fornecer a todos os cidadãos os serviços básicos de saúde, educação, segurança, cultura. Uma afirmação como essa é simples, porém frágil. Definir o ideal de esquerda, à maneira de Bobbio, como o da igualdade, em

nosso continente, é o começo de um longo percurso. Dirá pouco sobre o que fazer e aí está o nó da questão ideológica contemporânea.

Na realidade, o essencial é reter a continuidade do ideal e saber que ele envolve, para sua realização, ações variadas, que vão desde políticas compensatórias à dissolução de privilégios. Essa é, aliás, uma das questões difíceis de resolver.

O que são privilégios em uma sociedade de contrastes? Na visão tradicional da esquerda, o privilégio se identificava com uma classe, com os “ricos”. Agora, a perspectiva deve ser mais cuidadosa e os empresários têm um papel no desenvolvimento. Há desigualdades aceitáveis, quando existe uma rede mínima de proteção do cidadão. O problema agora é evitar, como “ao Estado autoritário, de cercar de vantagens os que já têm uma posição assegurada, seja na estrutura social, seja na máquina do Estado, de tal forma que as políticas de governo não se tornem “reprodutoras da desigualdade”.

É preciso chamar a atenção para a persistência de posturas “passadistas” nas atitudes da esquerda e da direita, que reagem à mudança, por receio de que possa ser prejudicial aos interesses da maioria ou de seus privilégios, dentro e fora do Estado. Adotam os argumentos conservadores, descritos por Hirschman, em parte porque não aceitaram a complexidade da sociedade contemporânea, que repele raciocínios dicotômicos.

A esquerda tradicional subestimou a capacidade de a democracia promover melhorias na condição de vida do proletariado e do campesinato. Aferrou-se a estruturas políticas fechadas e autoritárias; subestimou, também, a importância da livre circulação de idéias e informações, num momento em que um novo paradigma tecnológico começava a comandar um processo produtivo cada vez mais internacionalizado e comandado pela lógica da economia de mercado.

Por outro lado, é inegável, no mundo contemporâneo, o papel de uma esquerda crítica, habermasiana, capaz de recolher as diversidades e as contradições da sociedade, de forma a canalizá-las no sentido do progresso e do aperfeiçoamento do jogo democrático.

Agregaria que, nas democracias contemporâneas, a questão da igualdade de oportunidades de acesso à educação tornou-se prioritária. Embora essa proposição contenha elementos idealistas, dada a evidência de que há nítidas disparidades sociais na “partida”, em favor dos herdeiros das classes mais privilegiadas, em muitos países é possível dizer que existe uma boa oportunidade de acesso a todos os cidadãos. Isso atenua, de certa forma, a própria noção da injustiça.

Se o ideário da esquerda tradicional avançou, deixando para trás noções como a da ditadura do proletariado ou do planejamento central, o ideário associado à direita também evoluiu, incorporando políticas públicas compensatórias para atenuar as desigualdades mais flagrantes. Esquerda e direita ainda se distinguem, embora em marco em que há maior espaço de convergência.

Gostaria, neste momento, de comentar a questão do chamado neoliberalismo, que, apesar de admitir variações, como mostrou recentemente Perry Anderson, tem ocupado grande espaço na mídia.

Há qualificações preliminares a fazer. A primeira é de que é necessário respeitar as realidades nacionais. Da mesma maneira que o pecado da esquerda tradicional foi o de transferir categorias pensadas no bojo do capitalismo avançado para o mundo latino-americano, o pecado neoliberal pode produzir a mesma distorção. As receitas prescritas pela ideologia neoliberal devem, assim, ser examinadas com cautela. É evidente que o papel do Estado em sociedades européias, muito mais homogêneas, será diferente nos países do Sul. Da mesma forma, se a moldura for a socialdemocrata, e não a liberal, o peso da questão social será diferente.

Parece-me simplificação inaceitável substituir o Estado pelo “mercado”. Também é inaceitável a tentativa de reduzir tudo ao pragmático e dizer que é positivo simplesmente o que deu certo em termos econômicos, o que aumentou no PIB. É claro que o bom desempenho nos números, o controle das variáveis macroeconômicas, é importante – e louvem-se os liberais por apontar com ênfase para esses temas. Mas é insuficiente, pois, se não houver uma crença em valores, no sentido coletivo de avanço social, a sociedade se desorienta e as lideranças se esvaziam.

Aqui entra o ideário socialdemocrata. Se o objetivo é distribuir rendas, abandonando as vias radicais, o problema que se coloca é duplo: o da eficiência e o da equidade, que devem ser combinados. O objetivo do desenvolvimento, da produção, como requisito para o bem-estar, deve estar em harmonia com políticas que sejam capazes de universalizar os benefícios sociais.

Nesse sentido, o dilema Estado–mercado é falso. O papel do Estado como agente regulador deve ser mais eficaz. Assim, a proposição para a qual devemos estar atentos é o papel do Estado no mercado. O problema é como aumentar a competitividade e como tornar mais transparentes tanto as decisões de investimento, como as que afetam o consumo. Isto é, como torná-las controláveis pela sociedade e não somente pelas burocracias do Estado ou das empresas.

Diferentemente do neoliberalismo, a socialdemocracia desloca, portanto, o eixo da opção entre estatal e privado do plano ideológico para um plano objetivo: importantes são as condições que devem ser criadas para o funcionamento da economia.

O importante para o funcionamento da economia não é tanto a diferença entre ricos e pobres, entre capitalistas e assalariados, mas entre setores sociais organizados, que incluem importantes setores das classes trabalhadoras e médias, e setores não organizados. As pressões corporativas constituem empecilhos para a universalização das conquistas sociais. É assim com o salário, com a Previdência, com os benefícios da aposentadoria, com o acesso à educação e à saúde. É preciso evitar a postura neoliberal que critica toda e qualquer reivindicação, por ser parcial e benéfica apenas a alguns setores, e prefere a luta “no âmbito do mercado”, que asseguraria a igualdade a longo prazo. E também evitar o “atendimento populista”, que considera válida qualquer reivindicação de *los de abajo*, sem perguntar sobre os efeitos de médio prazo para as sociedades.

O critério da competitividade, da absorção de meios que permitam ganhos de produtividade são a pedra de toque de políticas econômicas que tenham por objetivo aumentar o bem-estar social da população. E esse é o desiderato da socialdemocracia. Ela reconhece que o esforço de

crescimento econômico é condição para o bem-estar social. Reconhece que certos mecanismos de intervenção podem ser necessários para criar condições internas de competitividade. Trata-se, portanto, de uma questão de gradação e da escolha de alternativas políticas que, seletivamente, assegurem o que é fundamental: o interesse público.

E é justamente na forma de definir o interesse público que uma nova esquerda, se souber retomar os ideais e a tradição de tolerância da socialdemocracia, pode oferecer caminhos inovadores, porque inspirados numa utopia viável. Nessa utopia, a esquerda não apenas descobre os movimentos sociais, mas cria espaços públicos e institucionaliza mecanismos revitalizados de democracia participativa, que fortificam direitos e motivações individuais com o fato de os indivíduos viverem situações comuns, coletivas e também com o fato de que valores comuns devem ser a base das necessárias soluções de justiça social.